

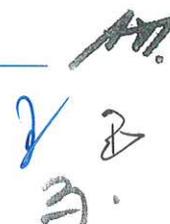
## RELATÓRIO E CONTAS 2021

ALTICE PAY, S.A.

3.  
M.  
V. 8

## Relatório e Contas 2021

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS .....</b>	<b>1</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO.....</b>	<b>2</b>
INTRODUÇÃO .....	3
INFORMAÇÕES LEGAIS .....	4
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	4
ATIVIDADE DA EMPRESA.....	6
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	6
PERSPETIVAS FUTURAS .....	8
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	8
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS A DATA DE BALANÇO .....	9
GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	9
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>11</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....</b>	<b>34</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....</b>	<b>35</b>



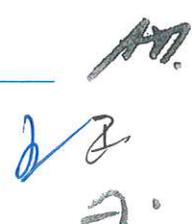
## Órgãos Sociais

### Conselho de Administração

Presidente: João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva  
Vogal: Alexandre Miguel Mourão Paula de Matos  
Vogal: Nuno Miguel Robalo Nunes

### Fiscal Único

Efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.  
Suplente: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro



## Relatório de Gestão

*M.*  
*2/3*  
*3.*

Senhor acionista,

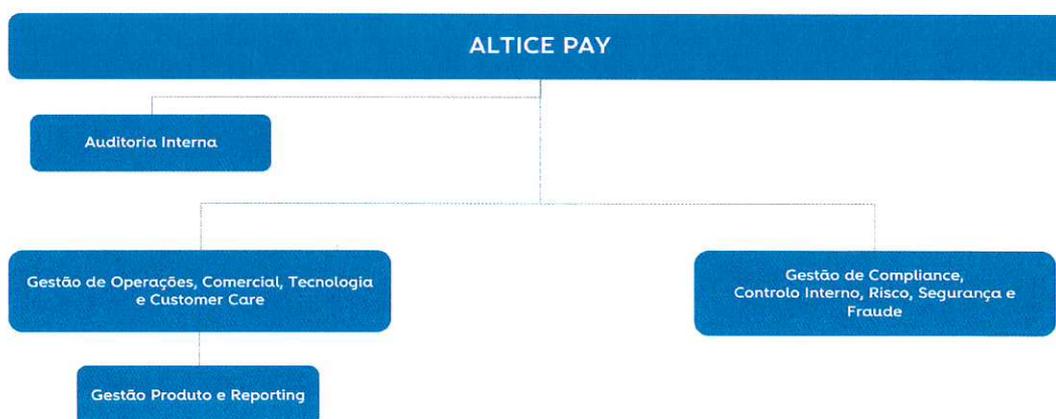
O Conselho de Administração da Altice Pay, S.A., nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Altice Pay, S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2021.

## Introdução

A Altice Pay, S. A. (“Altice Pay” ou “Empresa”), anteriormente designada por PT Pay, foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um “projeto piloto”. A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de abril de 2014, após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A Altice Pay tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da Altice Pay, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de produtos ou serviços, em *sites* de *e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. A vertente do produto para comerciantes foi, em 2021, a principal linha de receitas da Altice Pay e o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, corresponde à disponibilização de uma plataforma com os principais meios de pagamento, não presenciais, utilizados em Portugal. Esta plataforma de pagamentos permite que qualquer empresa possa aceitar, no seu website, plataforma de e-commerce, ou sistema de faturação, pagamentos de todos os seus clientes finais. A Altice Pay, neste contexto, é considerada como *payment facilitator* ou *payment service provider*, disponibilizando, com um único contrato, e com uma só integração técnica, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Atualmente a estrutura funcional da Empresa pode ser representada da seguinte forma:



3.

M.

8 8

## Informações Legais

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;

- A Empresa não dispõe de ações próprias e durante o exercício de 2021, não existiram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias, para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização para esse fim durante o exercício de 2021, conforme disposições previstas na alínea e) do artigo 66.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho estabeleceu o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), que se traduz numa dedução à coleta de IRC de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. No exercício de 2021 a Empresa estimou despesas elegíveis no valor de 15.150,19 euros, às quais corresponderá um benefício fiscal estimado de 3.030,04 euros. Caso se conclua que a Empresa reúne os requisitos de acesso ao CFEI II, o benefício fiscal será utilizado pela Altice Portugal, no apuramento do IRC devido pelo grupo.

## Enquadramento Económico

### Enquadramento Internacional

No início segundo trimestre de 2021 assistimos à firme recuperação da atividade económica que prosseguiu até ao início do outono, no entanto estima-se que o crescimento da UE tenha reduzido para 0,4 % no último trimestre de 2021, face a 2,2 % no trimestre anterior. Embora já se esperasse um abrandamento económico, este abrandamento foi mais acentuado do que o esperado, à medida que se intensificavam os fatores desfavoráveis para o crescimento, nomeadamente, o aumento das infeções pela COVID-19, os elevados preços da energia e a continuação das perturbações do lado da oferta.

O crescimento continua a ser limitado pela pandemia, com muitos países da UE sob pressão resultante da combinação de uma maior pressão sobre os sistemas de saúde com a escassez de pessoal devido a doença, quarentenas cautelares ou deveres de prestação de cuidados. Os estrangulamentos logísticos e de abastecimento, incluindo a escassez de semicondutores e de alguns metais de base, deverão também continuar a afetar a produção, pelo menos no primeiro semestre do próximo ano. Adicionalmente, prevê-se que os preços da energia permaneçam elevados durante mais tempo do que o previsto, tendo assim um impacto negativo mais prolongado sobre a economia e acarretando pressões inflacionistas mais elevadas.

A evolução mais recente do contexto internacional com a invasão da Ucrânia pela Rússia tenderá a agudizar a tendência do aumento generalizado dos preços, o aumento da dívida pública dos estados e escassez de recursos.

### Enquadramento Nacional

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística a economia portuguesa registou um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 4,9% em 2021. Este aumento resultou essencialmente do crescimento da procura interna e exportações e trata-se do crescimento mais elevado desde 1990.

À semelhança do que se verificou no contexto internacional, em Portugal registou-se também um aumento generalizado dos preços em toda a cadeia de valor, e neste sentido a taxa de inflação média fixou-se nos 1,3% em 2021, face aos 0% registados em 2020.

Os efeitos da pandemia COVID-19 continuaram a sentir-se em 2021 e continuarão a ter impacto na economia portuguesa em 2022.

O Governo estimou para 2022 apesar da crise pandémica, e da situação de conflito na Ucrânia um crescimento de 5,0% e um défice de 1,9% do PIB, além de um rácio da dívida pública de 120,8%.

### Enquadramento Setorial

O comércio *online*, de onde decorre grande parte do negócio da Altice Pay, registou um incremento significativo em 2021, decorrente essencialmente da continuação do efeito da pandemia e dos novos hábitos de compras.

O incremento de pagamentos digitais (Ex: MB Way, CC) e contactless /card present foi também uma realidade em 2021, sendo uma mudança de hábitos que veio para ficar e que obviamente beneficia o negócio da Altice Pay.

Neste sentido, um estudo da Bain & Company aponta que as e-wallets deverão representar cerca de 28% do mercado mundial de meios de pagamento até 2022. Este novo meio de pagamento, além de ultrapassar a barreira física — evitando a necessidade de ter um ou mais cartões de crédito ou débito para a realização de uma compra — e simplificar o processo de pagamento armazenando informações com segurança, as **carteiras digitais** são um meio de pagamento que para além de estar disponível em **smartphones**, já se encontra em relógios e pulseiras.

## Atividade da Empresa

### Evolução do negócio, principais eventos e desempenho do ano

Os prejuízos da Empresa aumentaram em 780.812 euros, passando de 1.058.194 euros em 2020 para 1.839.006 euros em 2021, que resultou essencialmente de um reconhecimento de uma imparidade a 100% dos Ativos Intangíveis, montante total de 835.220,14€. Sem esta imparidade, os prejuízos teriam sido reduzidos em 54.408 euros face a 2020, para um total de 1.003.786 euros. Os custos com Recursos Humanos contribuíram negativamente para os prejuízos, uma vez que aumentaram em 60.081 euros quando comparados com 2020. Em sentido inverso, os gastos gerais administrativos tiveram uma redução de 58.143€ face a 2020.

Assinala-se ainda, o aumento do produto bancário em cerca de 40%, face a 2020, reflexo de um forte acompanhamento da base de clientes instalada, que permitiu alavancar um elevado volume de transações. A empresa angariou novos clientes entre os quais se destacam:

- Janeiro 2021: Contrato com a entidade Fundação Portuguesa do Pulmão relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco; MBWay e Cartão Bancário
- Janeiro 2021: Contrato a entidade Gil Vicente Futebol Clube, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco; MBWay e Cartão Bancário
- Agosto 2021: Contrato Público com a entidade adjudicante Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, relativo à prestação de serviços de Referências Multibanco, MB Way e Cartão Bancário;

## Análise Económica e Financeira

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas, de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), nos termos do aviso n.º 5/2015, de 7 de dezembro do Banco de Portugal.

### RESULTADOS

O **resultado líquido** da Altice Pay nos exercícios de 2021 e 2020, foi negativo em 1.839.006 euros e 1.058.194 euros, respetivamente, refletindo essencialmente, gastos com amortizações do exercício (1.596.875 euros e 730.545 euros, respetivamente), gastos gerais administrativos (256.746 euros e 314.889 euros, respetivamente), custos com o pessoal (248.379 euros e 188.298 euros, respetivamente), os quais no seu conjunto foram superiores ao produto bancário gerado nesses exercícios (262.994 euros e 187.538 euros, respetivamente), composto essencialmente pela margem bruta dos rendimentos de serviços e comissões.

Os **gastos com amortizações** apresentaram um aumento de aproximadamente 119% face a 2020, refletindo essencialmente, o reconhecimento da imparidade descrita acima.

A redução dos **gastos gerais e administrativos** de aproximadamente 18,5%, reflete essencialmente, a redução da ação comercial presencial

Em conclusão, os prejuízos apurados pela Altice Pay em ambos os exercícios estão penalizados pelos elevados gastos com a amortização dos investimentos significativos efetuados em anos anteriores, para efeitos do arranque e desenvolvimento da operação.

## BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

- Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total do ativo acendia a 4.844.942 euros e 4.973.521 euros, respetivamente, respeitando essencialmente a (1) Disponibilidades de clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (3.457.531 euros e 2.769.522 euros, respetivamente), (2) Ativos intangíveis (0 euros e 1.091.627 euros, respetivamente), (3) Devedores diversos no valor de 1.279.200 euros e 893.308 euros.
- Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total do passivo ascendia a 4.192.252 euros e 3.381.824, respetivamente, incluindo essencialmente (1) dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços (159.165 euros e 170.998 euros, respetivamente), os quais estão relacionados principalmente com empresas do Grupo, (2) financiamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (340.876 euros e 163.314 euros, respetivamente), e (3) montantes depositados pelos clientes numa conta bancária da Altice Pay para utilização nos serviços de pagamentos da Empresa (3.500.376 euros e 2.846.075 euros, respetivamente), nomeadamente em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes, os quais representam portanto uma responsabilidade da Empresa.
- Em 29 de dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal relativamente a rácios mínimos dos fundos próprios e a melhorar posição financeira da Empresa, o acionista PT Portugal, SGPS, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante de 3.500.000 euros, tendo naquela data aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício de 2016 de até ao montante de 3.000.000 euros. Durante o exercício de 2016, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital no montante total de apenas 1.500.000 euros (face ao montante máximo aprovado de 3.000.000 euros para o exercício de 2016). Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo acionista a postecipação até 31 de dezembro de 2018 da realização de prestações acessórias de capital sobre o montante não utilizado de 1.500.000 Euros, se tal se viesse a revelar necessário. Durante os exercícios de 2017 e 2018, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações

acessórias de capital no montante de 750.000 euros em cada um dos anos, sendo que em 2019 realizou adicionalmente prestações acessórias de capital no montante de 650.000 euros. Em 2020 foram reduzidas a totalidade das prestações acessórias no montante de 7.300.000 Euros para a absorção de prejuízos acumulados e efetuado um aumento do capital social no montante de 800.000 Euros com o objetivo de cumprir com os requisitos de fundos próprios. Em 2021 foram efetuados três aumentos de capital no montante de 300.000 euros cada, num total de 900.000 euros.

- Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital próprio ascendia a 652.690 euros e 1.591.696 euros, respetivamente, representando aproximadamente 13,5% e 32% do total do ativo, respetivamente. A variação no capital próprio foi penalizada pelo prejuízo apurado em 2021, no montante de 1.839.006 euros.
- Em 31 de dezembro a Altice Pay registava uma perda de metade do seu capital social, em consequência de resultados acumulados negativos sendo aplicável os artigos 35.º e 171.º do CSC.

## Perspetivas Futuras

Em linha com as necessidades do mercado, a Altice Pay tem vindo a desenvolver um plano estratégico, ao nível do desenvolvimento de produto e comercial, alinhada com o seu acionista, através de venda direta e indireta.

Para 2022, a estratégia da Altice Pay será não só aumentar a comunicação e gerar notoriedade, de forma a cativar a atenção de novos clientes, como consolidar o seu portefólio de produtos e serviços com foco em soluções de pagamento inovadoras para clientes empresariais e clientes finais. A Altice Pay pretende consolidar-se, em 2022, como um *player* de referência no mercado *online*.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados da totalidade do prejuízo apurado no exercício de 2021, no montante de 1.839.006 euros.

## Factos relevantes ocorridos após a data de balanço

No dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia numa operação militar alargada, resultante da escalada do conflito entre estes dois países.

A invasão foi condenada internacionalmente e agudizou as tensões políticas sobretudo entre os países pertencentes à NATO e a Rússia, desencadeando a aplicação de sanções económico/financeiras por parte dos países ocidentais, cujo objetivo principal é fragilizar a economia Russa e assim desincentivar a continuação do conflito.

A incerteza subjacente ao conflito militar e o seu impacto na economia internacional, que se faz sentir atualmente, poderá vir a ter repercussões diretas negativas na recuperação da economia portuguesa, ainda assim não é expectável impacto de maior, na atividade da Altice Pay, por não se encontrar exposta no seu negócio a qualquer relacionamento comercial com a Rússia.

Como segundo facto relevante informamos que a Altice Pay efetuou uma redução do seu capital social em fevereiro de 2022, com vista à cobertura de prejuízos acumulados no montante de 2.200.000 euros, desta forma o seu capital social passou de 5.200.000 euros para 3.000.000 euros.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, para além dos indicados anteriormente, suscetíveis, de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

## Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que o Conselho de Administração entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Lisboa, 27 de abril de 2022

**O Conselho de Administração,**

  
Presidente João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

  
Vogal Alexandre Miguel Mourão Paula de Matos

  
Vogal Nuno Miguel Robalo Nunes



## Demonstrações Financeiras



**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020**

					euros	
					2021	2020
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido	
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	6	85 110	(85 110)	-	-	
Ativos intangíveis	7	6 697 115	-6 697 115	-	1 091 627	
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>6 782 225</b>	<b>(6 782 225)</b>	<b>-</b>	<b>1 091 627</b>	
<b>Ativo corrente</b>						
Ativos por impostos correntes						
Outros ativos	9	5 573 473	(730 381)	4 843 092	3 865 970	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1 851	-	1 851	15 924	
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>5 575 324</b>	<b>(730 381)</b>	<b>4 844 943</b>	<b>3 881 894</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>12 357 549</b>	<b>(7 512 606)</b>	<b>4 844 943</b>	<b>4 973 521</b>	

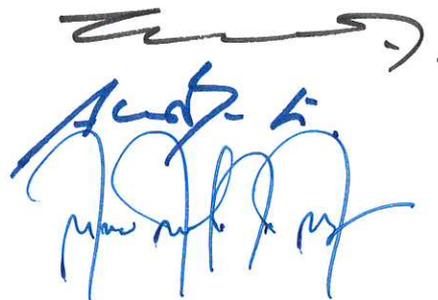
					euros			
					2021	2020		
	Notas	Passivo e Capital Próprio						
<b>PASSIVO</b>								
<b>Passivo corrente</b>								
Outros passivos	11						4 192 252	3 381 824
<b>Total do passivo</b>							<b>4 192 252</b>	<b>3 381 824</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>								
Capital	12						5 200 000	4 300 000
Outras reservas e resultados transitados							(2 708 303)	(1 650 109)
Resultado líquido do exercício							(1 839 006)	(1 058 194)
<b>Total do capital próprio</b>							<b>652 691</b>	<b>1 591 697</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>							<b>4 844 943</b>	<b>4 973 521</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

euros

	Notas	2021	2020
Juros e encargos similares	13	(23 311)	(23 689)
<b>Margem financeira</b>		<b>(23 311)</b>	<b>(23 689)</b>
Rendimentos de serviços e comissões	14	1 798 115	1 555 122
Encargos com serviços e comissões	14	(1 506 722)	(1 343 025)
Resultados de reavaliação cambial		638	90
Outros resultados de exploração		(5 726)	(960)
<b>Produto bancário</b>		<b>262 994</b>	<b>187 538</b>
Custos com pessoal	15	(248 379)	(188 298)
Gastos gerais administrativos	16	(256 746)	(314 889)
Amortizações e imparidades do exercício	17	(1 596 875)	(730 545)
Provisões líquidas de reposições e anulações	10	-	(12 000)
<b>Prejuízo apurado no período</b>		<b>(1 839 006)</b>	<b>(1 058 194)</b>
<b>Prejuízo por ação básico</b>	18	<b>(0,35)</b>	<b>(0,25)</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

*Paulo Freitas*

Conselho de  
Administração

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

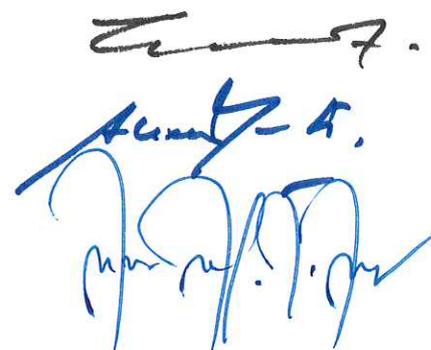
**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

euros

		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2020	A	3 500 000	7 150 000	(8 100 753)	(849 357)	1 699 890
Prejuízo					(1 058 194)	(1 058 194)
Resultado integral Operações com detentores de capital	B					(1 058 194)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		800 000	(8 100 000)	7 300 000	-	-
Realização de prestações accessórias		-	950 000	-	-	950 000
Aplicação de resultados		-	-	(849 357)	849 357	-
	C	800 000	(7 150 000)	6 450 643	849 357	950 000
Posição em 31 de dezembro de 2020	D=A+B+C	4 300 000	-	(1 650 109)	(1 058 194)	1 591 697
Prejuízo					(1 839 006)	(1 839 006)
Resultado integral Operações com detentores de capital	E					(1 839 006)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		900 000	-	-	-	900 000
Aplicação de resultados		-	-	(1 058 194)	1 058 194	-
	F	900 000	-	(1 058 194)	1 058 194	900 000
Posição em 31 de dezembro de 2021	G=D+E+F	5 200 000	-	(2 708 303)	(1 839 006)	652 691

As notas fazem parte  
integrante destas  
demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado


Conselho de  
Administração


**ALTICE PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

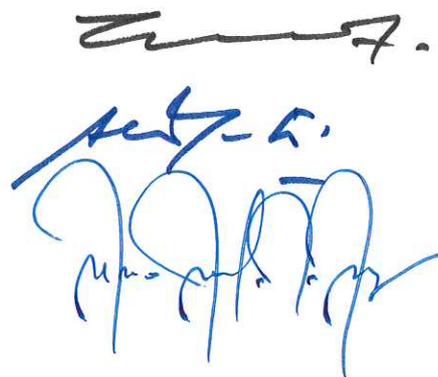
	Notas	2021	euros 2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		1.966.472	3.576.863
Pagamentos a fornecedores		(2.080.682)	(2.039.657)
Pagamentos ao pessoal	4 (a)	(250.740)	(318.510)
Caixa gerada pelas operações		<b>(364.950)</b>	<b>1.218.696</b>
Recebimentos (Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		(45)	-
Outros recebimentos (pagamentos), líquidos		(67.219)	(76.395)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(432.214)</b>	<b>1.142.301</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(800)
Ativos intangíveis		(641.351)	(1.665.341)
		<b>(641.351)</b>	<b>(1.666.141)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(641.351)</b>	<b>(1.666.141)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		177.562	(387.235)
Recebimentos de outros instrumentos de capital	12	900.000	950.000
		<b>1.077.562</b>	<b>562.765</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(18.070)	(25.877)
		<b>(18.070)</b>	<b>(25.877)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>1.059.492</b>	<b>536.888</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(14.073)</b>	<b>13.048</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		15.924	2.876
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4 (b)	<b>1.851</b>	<b>15.924</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



## **ÍNDICE**

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Provisões líquidas de reposições e anulações
11. Outros passivos
12. Capital
13. Juros e encargos similares
14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões
15. Custos com pessoal
16. Gastos gerais administrativos
17. Gastos de depreciação, amortização e imparidade
18. Resultado líquido por ação
19. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

31.  
AM.  
WB

**ALTICE PAY, S.A.**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2021**

(Montantes expressos em euros)

## **1. Nota introdutória**

A Altice Pay, S.A. ("Altice Pay" ou "Empresa"), anteriormente denominada PT Pay, S.A. foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A ALTICE PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da ALTICE PAY, instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o n.º 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez era, em 31 de dezembro de 2021, integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de abril de 2022, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Altice Pay adotou, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como definidas e adotadas pela União Europeia e em vigor à presente data.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Até 31 de dezembro de 2016, a Altice Pay utilizou nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. As NCA's correspondiam genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de

acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal.

A Altice Pay beneficiou do regime transitório (um ano), relativo à obrigatoriedade da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), conforme preconizado no art.º 3 do aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras nos pressupostos acima referidos, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração da Empresa concluiu que a Empresa dispõe de recursos financeiros adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 2021 e de 2020 a que respeitam as demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições das IFRS que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes e que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

### **3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as IFRS.

#### **3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser

mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

### 3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem essencialmente licenças de utilização de *software* e gastos com o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil dos ativos relativos a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos.

### 3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o preço de venda e o valor de uso.

O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo.

#### **3.4. Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

#### **3.5. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela "NCRF 25 Impostos Sobre o Rendimento". Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'M.' and the initials below it are '28' and '31'.

### 3.6. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

### 3.7. Provisões, obrigações e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem custos associados que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

### 3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

### 3.9. Custo de empréstimos obtidos

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

### 3.10. Férias e subsídios de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente,

o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica "Credores por acréscimos de gastos".

### **3.11. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

### **3.12. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **(a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado**

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### (b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.13. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) **Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à Altice Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez**

A Altice Pay financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto do acionista. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a Altice Pay.

(b) **Ativos intangíveis**

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a desenvolvimentos e licenças de utilização de software que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2021 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

### **3.14. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

## **4. Fluxos de Caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito” são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da Altice Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.

**(a) Pagamentos ao pessoal**

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos a pessoal cedido por outras empresas do Grupo.

**(b) Caixa e seus equivalentes**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica era composta por Disponibilidades em outras instituições de crédito nos montantes de 1.851 euros e 15.924 euros, respetivamente.

**5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros**

Conforme referido na Nota 2, a empresa aplica as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

Não foram adotadas quaisquer outras normas e interpretações novas ou revistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**6. Ativos fixos tangíveis**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis respeitam essencialmente a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2021	2020
<b>Valores brutos</b>		
Saldo inicial	85.110	84.460
Aquisições	-	650
<b>Saldo final</b>	<b>85.110</b>	<b>85.110</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Saldo inicial	85.110	84.460
Depreciações do exercício (Nota 17)	-	650
<b>Saldo final</b>	<b>85.110</b>	<b>85.110</b>
<b>Ativos fixos tangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

				euros
				2021
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	5 961 004	190 145	40 718	6 191 867
Aquisições	475 074	-	30 174	505 248
Transferências	13 563	-	(13 563)	-
<b>Saldo final</b>	<b>6 449 641</b>	<b>190 145</b>	<b>57 329</b>	<b>6 697 115</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	4 912 583	187 657	-	5 100 240
Amortizações do exercício (Nota 17)	759 167	2 488	-	761 655
Perdas por imparidade do exercício (Nota 17)	777 891	-	57 329	835 220
<b>Saldo final</b>	<b>6 449 641</b>	<b>190 145</b>	<b>57 329</b>	<b>6 697 115</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

				euros
				2020
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	5 121 411	190 145	324 428	5 635 984
Aquisições	529 460	-	26 423	555 883
Transferências	310 133	-	(310 133)	-
<b>Saldo final</b>	<b>5 961 004</b>	<b>190 145</b>	<b>40 718</b>	<b>6 191 867</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	4 194 553	175 792	-	4 370 345
Amortizações do exercício (Nota 17)	718 030	11 865	-	729 895
<b>Saldo final</b>	<b>4 912 583</b>	<b>187 657</b>	<b>-</b>	<b>5 100 240</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>1 048 421</b>	<b>2 488</b>	<b>40 718</b>	<b>1 091 627</b>

Nos exercícios de 2021 e 2020, as adições respeitam essencialmente a gastos com o desenvolvimento e aquisição de licenças de utilização de software, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao desenvolvimento da atividade da Empresa.

Em 2021, Empresa procedeu ao reconhecimento da imparidade dos ativos intangíveis no montante de 835.220 euros, resultante da estimativa quantos aos benefícios económicos futuros gerados pela Empresa.

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice foram consideradas como partes relacionadas da Altice Pay.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são conforme segue:

Euros		
2021		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO")	1.060.959	1.148.157
PT Portugal ("PT Portugal")	-	351.907
Altice Labs, S.A. ("Altice Labs")	99	104.001
Outras empresas	92	604
	<b>1.061.150</b>	<b>1.604.669</b>

Euros		
2020		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO	636.144	189.453
PT Portugal	-	169.104
Altice Labs	-	40.776
Outras empresas	75	634
	<b>636.219</b>	<b>399.967</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o elevado saldo de contas a receber da MEO, respeita essencialmente à faturação dos serviços prestados ao cliente BPO Aquapor à MEO, uma vez que a Empresa fatura a MEO a qual por sua vez fatura diretamente este cliente final, juntamente com outros serviços de telecomunicações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

euros						
2021						
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Encargos com serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)	Investimentos
MEO	-	959.128	(858)	(248.379)	(120.000)	-
Outras empresas	(23.311)	-	-	-	(2.880)	421.537
	<b>(23.311)</b>	<b>959.128</b>	<b>(858)</b>	<b>(248.379)</b>	<b>(122.880)</b>	<b>421.537</b>

	Euros					
	2020					
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Encargos com serviços e comissões (Nota 14)	Custos com Pessoal (Nota 15)	Gastos gerais administrativos (Nota 16)	Investimentos
MEO	-	758.740	(859)	(188.298)	(120.000)	-
Outras empresas	(23.689)	6.650	-	-	(2.880)	541.985
	<b>(23.689)</b>	<b>765.390</b>	<b>(859)</b>	<b>(188.298)</b>	<b>(122.880)</b>	<b>541.985</b>

## 9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
	2021	2020
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	3.457.531	2.769.522
Devedores e outras aplicações e outros rendimentos a receber (b)		
Imposto sobre o valor acrescentado	169.652	121.058
Outros devedores de rendimentos – Empresas do Grupo (Nota 8)	1.061.150	636.219
Outros devedores de rendimentos – Outras empresas	31.394	131.380
Chargeback	86.370	83.417
Adiantamento a fornecedores de equipamentos (c)	728.045	728.045
Despesas com encargo diferido (d):	8.073	9.470
Outros ativos	31.257	117.239
	<b>5.573.473</b>	<b>4.596.350</b>
Ajustamento a adiantamento a fornecedores de equipamento (c)	(728.045)	(728.045)
Provisão Chargeback	(2.336)	(2.336)
<b>Total</b>	<b>4.843.092</b>	<b>3.865.970</b>

- (a) Esta rubrica reflete o valor disponível numa conta bancária da Altice Pay, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderente, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Nota 11).
- (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui valores a receber respeitantes a faturação emitida essencialmente à empresa do Grupo MEO e inclui ainda créditos de IVA.
- (c) Em exercícios anteriores, foram efetuados adiantamentos para o desenvolvimento e aquisição de equipamentos, relativamente aos quais foram constituídas imparidades para fazer face à não recuperabilidade dos mesmos, as quais apresentavam o saldo final de 728.045 euros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados à MEO, cujo serviço será prestado apenas no futuro, motivo pelo qual os respetivos gastos também serão reconhecidos apenas em períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui saldos de outros Devedores de empresas do grupo nos montantes de 1.061.150 euros e 636.219 euros, respetivamente (Nota 8).

## 10. Provisões líquidas de reposições e anulações

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Saldo inicial	-	-
Aumentos	-	12 000
Utilizações	-	(12 000)
Saldo final	-	-

## 11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Credores por fornecimento de bens e serviços:		
Fornecedores Empresas do Grupo	213.865	207.829
Fornecedores – Outras empresas	(81.783)	(36.833)
Consolidado Fiscal	-	45
Cash Pooling – Grupo (a)	340.876	163.314
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	29.150	15.846
Outros passivos:		
Outros passivos correntes - Depósitos (b)	3.500.376	2.846.074
Outros Credores – Empresas do Grupo	10.225	28.779
Outros Credores – Outras empresas	179.543	156.769
	<b>4.192.252</b>	<b>3.381.824</b>

- (a) Esta rubrica respeita a dívidas à PT Portugal no âmbito do sistema de gestão centralizada de tesouraria em vigor no grupo em que a PT Portugal centraliza todos os recebimentos e pagamentos das empresas do Grupo sediadas em Portugal.
- (b) Esta rubrica inclui montantes entregues pelos clientes à Empresa com vista a serem utilizados por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Nota 9), incluindo em 2021, o montante de 1.039.703 euros com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.604.669 euros e 399.967 euros, respetivamente (Nota 8.1 - Saldos e transações com partes relacionadas).

## 12. Capital

### 12.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 5.200.000 euros, estando representado por 5.200.000 ações nominativas (Nota 18), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

Em 2021, foi deliberado pelo acionista PT Portugal, o aumento do capital social da Empresa, por novas entradas em dinheiro, realizadas em fevereiro, junho e dezembro, no montante de 300.000 euros cada.

À data de 31/12/2021 a Altice Pay registava uma perda de metade do capital social, em consequência de resultados acumulados negativos, no entanto o acionista único, continua a garantir a continuidade do negócio e suporte das operações.

### 12.2. Aplicação de resultados

Em 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 28 de junho de 2021, o resultado líquido negativo de 2020, no montante de 1.058.194 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

Em 2020, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 29 de maio de 2020, o resultado líquido negativo de 2019, no montante de 849.357 euros, foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

### 12.3. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, têm a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Fundos próprios totais	652 690	500 070
Requisitos de fundos próprios	460 815	413 478
Suficiência/ (Insuficiência) de fundos próprios	191 875	86 592

### 13. Juros e encargos similares

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica ascendia a 23.311 euros e 23.689 euros (nota 8), respetivamente.

### 14. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	959.128	765.390
Empresas não grupo	838.987	789.732
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	(858)	(859)
Empresas não grupo	(1.505.864)	(1.342.166)
	<b>291.393</b>	<b>212.097</b>

### 15. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
<b>Remunerações</b>		
Pessoal	195.083	144.549
<b>Encargos sociais</b>	44.859	38.431
<b>Outros</b>	8.437	5.318
	<b>248.379</b>	<b>188.298</b>

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo Altice.

Em 2021 e 2020, foram registados custos com o pessoal que estão a ser suportados por outras empresas do Grupo Altice Portugal, nos montantes de 248.379 euros e 188.298 euros, respetivamente (Nota 8).

*M.*  
*J. B.*  
*M.*

## 16. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Serviços de suporte (Nota 8) (a)	122.880	122.880
Auditoria e consultoria (b)	62.465	34.805
Outros serviços e fornecimentos de terceiros (c)	71.401	157.204
	<b>256.746</b>	<b>314.889</b>

- a) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center e com a gestão de recursos humanos, marketing, entre outros serviços de suporte.
- b) Respeita essencialmente a gastos a auditoria financeira e com as auditorias de branqueamento de capitais, de controlo interno e certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.
- c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica inclui reclassificação de Imobilizado em curso relativo a anos anteriores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, no montante de 122.880 euros (Nota 8) em ambos os exercícios.

## 17. Gastos de depreciação, amortização e imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Ativos intangíveis (Nota 7)	1 596 875	729 895
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	-	650
	<b>1 596 875</b>	<b>730 545</b>

## 18. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi calculado da seguinte forma:

	2021	2020
Resultado líquido	(1 839 006)	(1 058 194)
Número de ações (Nota 12)	5 200 000	4 300 000
<b>Resultado líquido por ação básico</b>	<b>(0,35)</b>	<b>(0,25)</b>

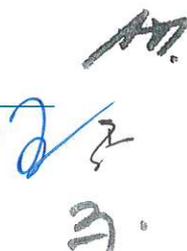
Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 19. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

A Altice Pay efetuou uma redução do seu capital social em fevereiro de 2022, com vista à cobertura de prejuízos acumulados no montante de 2.200.000 euros, desta forma o seu capital social passou de 5.200.000 euros para 3.000.000 euros.



## Relatório e Parecer do Fiscal Único



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large blue signature and several smaller black initials.

## RELATÓRIO E PARECER DE FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da  
Altice Pay, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ALTICE PAY, S.A. ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

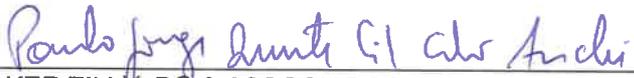
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 dezembro de 2021, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não inclui reservas e inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações da Entidade, e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, tendo em consideração o assunto descrito na secção "Ênfase", da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de abril de 2022



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

## Certificação Legal das Contas

*M.*  
*W. Z.*  
*M.*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ALTICE PAY, S.A. (“Entidade”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.844.943 Euros e um total de capital próprio de 652.691 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.839.006 Euros), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ALTICE PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”), demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não corrente inclui ativos intangíveis, relacionados com aplicações utilizadas na atividade desenvolvida pela Entidade, valorizados por um valor nulo (cerca de 1.091.627 Euros em 31 de dezembro de 2020) em resultado da sua avaliação sobre a sua performance futura (tendo registado em 2021 uma imparidade de cerca de 835.000 Euros). Adicionalmente, naquela data, o capital próprio da Entidade ascende a 652.691 Euros, estando perdida metade do seu capital social, em consequência de resultados acumulados negativos, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Em 2022, o acionista único deliberou a redução do capital social para cobertura de prejuízos em 2.200.000 Euros e um aumento do capital social em 300.000 Euros, realizado em abril de 2022. Tendo vindo a apresentar uma performance económica e financeira deficitária, a continuidade das operações da Entidade depende do sucesso da sua atividade futura e de decisões e continuação do suporte financeiro do seu acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 27 de abril de 2022



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André